

Ocio y proyecto histórico

Lazer e projeto histórico

Celi Zulke Taffarel¹

Resumo

O Lazer é analisado no presente texto a partir de suas relações no complexo econômico do modo de produção capitalista. Crítica as formas que o lazer assume sob a lógica do capital. Levanta como possibilidade histórica a responsabilidade social dos produtores associados, intelectuais orgânicos, militantes culturais, na construção de uma nova cultura, a cultura socialista, o que exige rigorosa consideração da teoria do conhecimento e teoria pedagógica que subsidia, constrói e consolida a práxis revolucionária do lazer, responsável também pela sociabilização da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Lazer, projeto histórico socialista

Summary

The Leisure is analyzed in this text from its complex economic relations in the capitalist mode of production. Criticizes the ways that leisure takes under the logic of capital. Posing as historical possibility of social responsibility associated producers, organic intellectuals, cultural activists, in building a new culture, socialist

culture, which requires rigorous consideration of the theory of knowledge and pedagogical theory that subsidizes builds and consolidates the revolutionary praxis leisure, also responsible for the socialization of the working class.

Keywords: leisure, socialist history project

Problematizando o lazer no Modo de Produção da vida capitalista.

Na verdade, já há algum tempo o capitalismo perdeu a sua função "civilizatória" em quanto organizador impiedoso mas eficiente do trabalho. [...] Simplesmente para prosseguir existindo o sistema funda-se cada vez mais no desperdício, na "obsolescência planejada", na produção de armas e no desenvolvimento do complexo militar. Ao mesmo tempo, o seu impulso incontrolável para a expansão já produziu efeitos catastróficos para os recursos naturais e o meio ambiente. Nada disso impede ao sistema de produzir [...] desemprego em massa. Além disso, [...] o capitalismo vem, abolindo todas aquelas concessões que, sob o genérico nome de Estado de Bem-Estar, supostamente justificavam a sua existência.

(Singer, 1996, p. 2)

Recepción: 18-09-2012 / Modificación: 30-09-2012 / Aceptación: 24-10-2012

¹ Professora Doutora Titular Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia FACE/UFBA. Coordenadora do Grupo LEPEL/FACED/UFBA - Pesquisadora 1D CNPq. Bolsista de Produtividade do CNPq. taffarel@ufba.br

Cómo citar este artículo: Zulke Taffarel, C. (2012). Ocio y proyecto histórico. En *Revista educación física y deporte*, 31 (2), 1081-1094.

O texto sobre “Lazer e Projeto Histórico” apresenta dados da realidade sobre a destruição das forças produtivas, enquanto tendência do modo do capital organizar a vida, o projeto histórico hegemônico, e suas expressões no lazer dos trabalhadores e levanta possibilidades superadoras. Inicialmente levanto a tese de que o modo de produção capitalista está em franca degeneração levando a sociedade a bancarrota. Consequentemente as formas de lazer também estão em franca degeneração e decomposição, levando consigo, a própria classe trabalhadora ao processo de destruição. Demonstro que as abordagens sobre o lazer são limitadas quando desprovidas da referência de um projeto histórico explícito, superador do modo do capital organizar a produção – uso e troca de mercadorias. Exponho elementos acerca da Teoria Pedagógica e da Teoria do Conhecimento questionando a contribuição de certas práticas para a alienação dos praticantes e a ideologização do lazer. Apresento argumentações sobre a necessidade histórica das práticas pedagógicas e da produção do conhecimento estarem sintonizadas com processos revolucionários, no campo da economia política onde, pode ser identificada a possibilidade concreta de construção de uma outra cultura, construção esta que depende sobretudo das alterações na infra-estrutura da sociedade, nas formas de produção e troca, assim como da teoria do conhecimento e teoria pedagógica correspondentes, bases de ações vitais, elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral para construção do projeto histórico socialista.

A pergunta científica que formulo é a seguinte: qual é a realidade, quais as contradições e as possibilidades da práxis do lazer inserido em um complexo econômico capitalista? Para responder esta pergunta a exigência é a consideração de dados sobre economia política, sem o que não se compreendem as relações estabelecidas no âmbito da cultura e o processo atual de destruição, decomposição e degeneração das forças produtivas.

Os dados históricos comprováveis pelos fatos dizem respeito a produção e troca de mercadorias e demonstram que, segundo Engels (s/d, p. 49):

[...] a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata. Quando nasce nos homens a consciência de que as instituições sociais vigentes são irracionais e injustas, de que a razão se converteu em insensatez e a bênção em praga, isso não é mais que um indício de que nos métodos de produção e nas formas de distribuição produziram silenciosamente transformações com as quais já não concorda a ordem social, talhada segundo o padrão de condições econômicas anteriores. E assim já está dito que nas novas relações de produção têm forçosamente que conter-se — mais ou menos desenvolvidos — os meios necessários para pôr fim aos males descobertos. E esses meios não devem ser tirados da cabeça de ninguém, mas a cabeça é que tem de descobri-los nos fatos materiais da produção, tal e qual a realidade os oferece. (Engels. S/D, p. 49)

Para sustentar o argumento de que o ponto de partida deve ser a economia política serão necessários, portanto, dados advindos dos estudos sobre economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho, destacando-se as contribuições do Núcleo de Estudos sobre Educação e Trabalho da Universidade Federal Fluminense, em especial o trabalho de Lia Vargas Tiriba e Gaudêncio Frigotto.

A tese sobre a destruição, degeneração e decomposição do sistema com a destruição das forças produtivas – trabalho, trabalhador, meio ambiente, cultura - está sendo comprovada pelos fatos. Dentro deste processo o lazer enquanto possibilidade de utilização do tempo do trabalhador,

enquanto uma produção social, historicamente acumulada, vem desempenhando a função social, determinada por estas relações de destruição das forças produtivas. Considerando que a classe trabalhadora reage a esta cultura destrutiva, coloca-se a possibilidade da construção de outras formas de produção e troca e, portanto, outra cultura, o que exige análise rigorosa da teoria pedagógica, teoria do conhecimento e projeto histórico aos quais as práticas do lazer estão articuladas. Busco aqui argumentos, também, nas contribuições de Mézáros, Forrest, Frigotto e Gramsci.

Portanto a hipótese de que é possível uma outra cultura, com base na práxis revolucionária do lazer, exige sintonia com um outro projeto histórico o que poderá ser reconhecido na organização do trabalho pedagógico, para a construção da cultura socialista, com nexos e implicações em uma dada teoria do conhecimento que supere a pseudoconcreticidade e uma teoria pedagógica referenciada em um projeto histórico superador do projeto capitalista.

Isto implica na necessidade de apreensão dos elementos mediadores que consolidam tais teorias na prática, no trabalho pedagógico, no ensino e a aprendizagem, na formação de profissionais e, nas políticas públicas que atingem o sistema de complexo “trabalho e lazer” e que vão desde as políticas educacionais, culturais até as políticas de assistência, previdência, saúde, salarias, de emprego e renda, entre outras. Ressalto que a teoria pedagógica faz parte de uma teoria social e expressa em si a compreensão dos determinantes estruturais, políticos e ideológicos que condicionam a existência humana e os processos de constituição dos seres humanos.

A praxis utilitária e a praxis revolucionária do lazer

O lazer não é algo mágico que paira sobre nossas cabeças. Algo místico, mítico. É algo concreto, situado, em construção, portanto, historicamente determinado. Os profissionais do lazer ao construir este campo de atividade humana não o fazem segundo suas próprias cabeças, mas segundo condições objetivas determinadas ao longo da história e das relações de produção

possível em dados momentos históricos. O lazer é um dos fenômenos socioculturais contemporâneos de alta relevância para a classe trabalhadora e está situado dentro da divisão social internacional do trabalho. Neste momento histórico sofre, também, o processo de degeneração, decomposição e destruição e os impactos do projeto de mundialização do capital ao qual corresponde um projeto de mundialização da educação de perfil neoliberal. Isso é visível quando observamos o empresariamento do lazer internacionalmente – no sistema de franquias, a mercadorização do lazer nas inúmeras ofertas do mercado, vista nos empórios e centros turísticos, a espetacularização do lazer vista na mídia e nos fantasiosos espetáculos, na esportivização vista nas inúmeras competições oferecidas como opção de lazer.

Portanto, é preciso reconhecer e situar a discussão a partir da complexidade da economia política. São evidentes os fatos que demonstram as formas como o capitalismo procura manter sua hegemonia, através do horror econômico, segundo Forrest (1997), com ajustes no mundo do trabalho, (reestruturação produtiva) conducente a um novo modelo de acumulação (flexibilização), o que têm conseqüências significativas sobre o mundo do trabalho e ainda, a forma como conduz politicamente a intervenção estatal ou não em áreas estratégicas (Ajuste Estrutural) e nas questões sociais (Reformas), com impactos na produção e circulação de mercadorias e, conseqüentemente, na cultura em geral e no lazer em específico. A reestruturação produtiva representa, também, uma nova estética e uma nova psicologia. Os novos métodos de trabalho não são inseparáveis de um modo específico de viver, de pensar e de sentir a vida. A esta reestruturação correspondem políticas culturais.

É preciso reconhecer que hoje estão inter-relacionados quatro complexos sistemas na economia capitalista a saber:

- a) economia especulativa, parasitária;
- b) economia empresarial capitalista;
- c) economia estatal (empresarial-capitalista e estatal tipo PPP – Parceria Público Privado

e, estatal não regida pelo lucro – recursos públicos para serviços públicos) ;

d) economia popular – solidária ou não.

Como o lazer está localizado neste complexo econômico? De que lazer estamos falando? Do lazer de pouquíssimos homens e mulheres ricos que detêm 20% das riquezas produzidas? Ou do lazer das amplas massas consumidoras de símbolos através de subprodutos da indústria cultural? Ou estamos falando do lazer que garante o pão de cada dia de muitas famílias?

A economia especulativa investe onde pode obter lucros e se retira no momento em que se vê ameaçada, do dia para noite, deixando nações alquebradas. O México, a Argentina e o próprio Brasil são exemplos desta vulnerabilidade. Com este capital é impossível garantir políticas sociais, garantir direitos, garantir vida digna e acesso à cultura.

A economia empresarial capitalista está baseada na reestruturação produtiva que tem como estratégias a competitividade, a produtividade, a qualidade total, a lucratividade, a flexibilização, a terceirização. É extremamente centralizadora e gera uma repercussão social destrutiva catastrófica, visível na crise de desemprego estrutural, na destruição do mundo do trabalho e conseqüentemente nas possibilidades de lazer.

A economia capitalista estatal, por sua vez, é baseada em duas estratégias:

1) uma de cunho lucrativo, imbricada com a economia capitalista monopolista, que visa lucros sendo desenvolvida por setores altamente lucrativos que se beneficiam com os mecanismos de privatização, com os mecanismos de parceria público privado, com a destruição das empresas estatais, por exemplo, as empresas estatais de comunicação, mineração, telefonia, eletricidade, petróleo;

2) outra que deveriam ser de cunho “não lucrativo”, por prestar serviços essenciais a população e, portanto, serviços exclusivos do estado como a educação, saúde, previdência, seguridade social,

assistência, segurança pública. As reformas do Estado e Administrativa entre outras, em curso desde a década de 90 do século XX estão retirando estas prerrogativas do estado e as convertendo em serviços não exclusivos do estado e, portanto, passível de ser desenvolvido por organizações sociais. Estas medidas limitam as possibilidades de lazer principalmente da classe trabalhadora. Os governos que implementam as políticas de ajustes estruturais vêm sistematicamente se desobrigando e forçando a privatização destes setores, que passam a constituir setores lucrativos ao capital. A isso corresponde um modelo do lazer adaptado à terceirização, à flexibilização, à precarização, a privatização. Após a reforma da previdência e agora com a reforma trabalhista e sindical que se avizinha, cada vez mais se decompõem as possibilidades de lazer dos trabalhadores.

A economia popular por sua vez se caracteriza por duas estratégias que objetivam: a) sobrevivência e subsistência humana; b) estratégia de vida anti-capitalista. A isso corresponde uma expressão de lazer. Muitos são os que mantêm suas famílias com as atividades laborais relacionadas ao campo do lazer. Muitos são os inseridos em movimentos anti-capitalistas que mobilizam forças históricas de resistência para encontrar alternativas, não só para si, mas para o coletivo, correspondendo a isto uma dada perspectiva de lazer.

O lazer no complexo econômico capitalista

Merece destaque nesta reflexão o que significa o lazer nesse complexo contexto econômico e político e como ele se manifesta em relações econômicas capitalistas imperialistas, neocoloniais, empresariais monopolistas, estatais lucrativas ou não e na economia popular solidária ou não.

Para a economia especulativa e empresarial capitalista o lazer juntamente com outras expressões da cultura é o “negócio do século” porque mobiliza paixões, emoções, frustrações, consumos diversificados ao infinito, enfim, grandes negócios. Isso pode ser perfeitamente detectado principalmente quando ocorrem operações de

compra e venda para garantir altos rendimentos, altas competições. As empresas de *marketing*, propaganda e na imprensa são vendidos para as amplas massas sonhos e desejos irrealizáveis. São inculcadas “necessidades” supérfluas, alienantes, alienadoras e alienadas.

Para a economia estatal, o lazer representa também uma mobilização de negócios, uma forma de revitalizar a economia com a geração de empregos mesmo que precarizados, com serviços terceirizados e que intensificam a circulação de mercadorias, sejam elas supérfluas ou não. Representa também investir em setores de interesse do grande capital, como por exemplo, a construção de mega eventos ou para exposições das mega estrelas, em detrimento da generalização de espaços urbanos adequados para as práticas corporais comunitárias. No lastro das grandes festas, como o carnaval, a privatização de espaços públicos para lucros privados está presente em detrimento dos interesses públicos. Nas competições esportivas, isso está evidente, nas formas de controle ideológico via educação, com as campanhas de busca de talentos esportivos, com as campanhas de aceitação passiva da condição de não praticante ativo, na linha de que “quem não joga assiste”.

Para a economia popular o campo do lazer representa meio de sobrevivência, significa, também, meio de subsistência com os pequenos negócios forjados em torno dos grandes espetáculos, o comércio ambulante de alimentação, etc. O lazer é como os demais produtos culturais, construído em uma lógica onde o mercado orienta tanto a produção, quanto a distribuição, a circulação, o consumo de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais.

Os agentes da economia popular, em uma dinâmica cuja organicidade está na circulação de mercadoria materiais (vestiário, instrumentos musicais, bebidas, camisetas, bonés, etc.) e imateriais (práticas, seções, oficinas, aulas, apostas, rodas), interagem com os setores altamente lucrativos da economia, os grandes empresários, alimentando o círculo dos negócios, que em última instância se expressam nos negócios especulativos, alienados do que significa essa

estrutura social perversa, altamente destrutiva em que vive a humanidade.

A economia popular vai para além de cooperativas e grupos de produção que buscam soluções e alternativas ao modelo do capital organizar a produção. Luiz Razeto (1993, p.34-58) nos apresenta, por exemplo, a economia popular (equivocadamente denominada de “subterrânea”, “invisível”, “informal”), composta por cinco tipos de atividades e empreendimentos, que não representam estratégias de subsistência e de sobrevivência contra os mecanismos capitalistas de exclusão e de exploração da força de trabalho, mas sim, estratégias integradas ao complexo econômico capitalista. São elas:

1. solução assistencial, mendicância de rua, subsídios oficiais para indigentes, sistema organizado de beneficência pública ou privada, orientados a setores de extrema pobreza;
2. iniciativas individuais não estabelecidas e informais como comércio ambulante, serviços domésticos, entregadores, guardadores, cordeiros, seguranças, coletores, vendedores,
3. microempresas e pequenos ofícios e negócios de caráter familiar, individual, com dois ou três sócios, como oficinas, lojas, bares, bioscasas, de bairros, dirigidos pelos próprios proprietários, com o envolvimento da família;
4. atividades ilegais delituosas, como prostituição infanto-juvenil, trabalho infantil, furtos, pontos de venda de drogas, armas, documentos falsos e outras atividades consideradas ilícitas ou à margem das normas culturais socialmente aceitas;
5. organizações econômicas populares, de pequenos grupos que buscam associativa e solidariamente encarar o problema do desemprego e suas manifestações sociais e culturais imediatas, surgidos de paróquias, associações de bairros e comunitárias, sindicatos, partidos e outras organizações populares.

Pelo exposto percebe-se que nem toda a economia popular é de solidariedade visto que não estão presentes as iniciativas de cooperação, companheirismo, autodeterminação coletiva, colaboração, comunidade, comunitarismo, coletividade, coordenação, valores, que caracterizam uma ação conjunta e solidária. Esse complexo de organizações econômicas populares podem por um lado, interagir de forma completamente dependente e subalterna a economia especulativa, a economia empresarial capitalista, a economia empresarial do Estado lucrativa, principalmente em parceria nos negócios público privado, ou então, significarem iniciativas cujos processos de trabalho trazem em si os germes de uma nova cultura do trabalho, a partir dos quais pode se tornar visível a elaboração de um projeto de desenvolvimento tendo em vista interesses dos setores populares, ou seja, a economia popular solidária.

O rumo que deve ter esse processo depende, em muito, do papel estratégico das organizações dos trabalhadores identificadas com a superação do capitalismo e com a construção de um projeto histórico estratégico alternativo, ou seja, a sociedade socialista. O grande capital empresarial buscará intensamente manter tal movimento da economia popular sob a órbita de sua influência desumana, para integrá-la. O sentido de solidariedade neste complexo econômico popular pode assumir a característica meramente assistencialista, filantrópico, compensatório, ou então pela ação concreta e pela organização dos setores populares, representar a consciência da classe agindo para superar o que a explora.

Pelo exposto é possível reconhecer que se coloca aos setores engajados com a superação do capitalismo, aos setores populares em geral que buscam a sobrevivência, a subsistência ou uma opção de vida anti-capitalista, uma tarefa essencial que tem três, concomitantes, simultâneas e interligadas dimensões:

a) a educação ideológica, de classe, a educação popular, das amplas massas que chegam ao lazer pela via do trabalho alienado, explorado, precarizado, tercerizado, desprovido de direitos e conquistas;

- b) a conscientização política que se dá na ação concreta, na luta, na defesa de reivindicações, como, por exemplo, o direito de todos ao lazer, aos espaços públicos, aos serviços públicos;
- c) a organização revolucionária, auto-determinada, auto-organizada, auto-gerida, na defesa de conquistas históricas relacionadas a desalienação do trabalho humano e consequentemente do usufruto emancipatório do tempo da vida.

Portanto, as atividades humanas relacionadas ao campo do lazer necessitam ser compreendidas neste complexo. E não é qualquer teoria explicativa que permite com radicalidade, de conjunto e na totalidade a compreensão do lazer, suas relações, contradições e possibilidades em um dado modo de produção.

O que deve ser questionado é o projeto histórico, a teoria do conhecimento e a teoria pedagógica que estão subjacentes às práticas e a produção do conhecimento sobre lazer. O complexo econômico influencia ou não, determina ou não as teorias que são hegemônicas no campo do lazer? Enfim, o lazer pode ser explicado enquanto fenômeno social fora do complexo das relações trabalho e política cultural?

Para os que apregoam o fim do trabalho como categoria central no entendimento das sociedades complexas e seus fenômenos, temos aí a transformação do mundo do trabalho que repercute intensamente no campo do lazer. As análises de Antunes (2000; 2001) demonstram que o desemprego estrutural forja alternativas e elas se apresentam aos setores populares que, para garantir a vida, lançam mão de três estratégias: a) de sobrevivência: emergencial e transitória; b) de subsistência para satisfazer necessidades básicas sem acumulação ou crescimento e; c) como estratégia de vida, para valorizar a liberdade, companheirismo, a autogestão, a solidariedade, representando uma opção autônoma de sujeitos – os produtores associados.

Ledo engano dos que apregoam o fim da sociedade do trabalho e a ascensão da sociedade do ócio, do lazer, do conhecimento. O desemprego, fantasma que ronda o mundo todo, trazendo em si o espectro do comunismo, não é tempo livre, mas tempo de escassez. O capitalismo se constituiu justo nesta desvinculação entre a economia e o contexto cultural e as necessidades humanas. Ou compreendemos o lazer, enquanto cultura humana no contexto das necessidades humanas e da economia ou estaremos pairando em um idealismo altamente desmobilizador e destruidor.

Ledo engano dos que apregoam o fim dos movimentos sociais de caráter confrontacional, dos partidos revolucionários e do sindicalismo combativo. Junto com demais setores organizados, mais do que nunca, essas organizações jogam um papel decisivo nos rumos do processo histórico de superação do capitalismo. Nessas organizações a consciência de classe adquire um caráter ativo e prático sobre o desdobramento da evolução histórica permitindo que as ações individuais adquiriram um sentido histórico consciente. Portanto, cabe nos perguntar, como os trabalhadores estão agindo para defender direitos e conquistas, como a redução da jornada do trabalho, frente a esse complexo econômico em que vivemos?

Sob a égide do capitalismo as atividades culturais estão sujeitas à abstração do dinheiro. Roberto Kurz (1992) sustenta a tese, com a qual concordo, de que o capitalismo arruinou a utopia do trabalho humanizado, substituindo-o, ou melhor dito, subsumiu-o pela dupla e super-exploração da mais-valia absoluta e relativa, transformando-o em trabalho abstrato, encerrado em um tempo espaço depurado de todos os elementos da vida que pudessem perturbá-lo, como a vida pessoal, a moradia, a cultura, fazendo surgir a separação moderna entre tempo do trabalho e tempo livre, diferente do tempo morto e vazio do trabalho, arrebatando à vida como um pesadelo, tempo de trabalho impingido ao indivíduo até pela violência, como é o trabalho infantil atualmente, com um fim tautológico que é estranho, determinado pela ditadura das unidades temporais abstratas e uniformes da produção capitalista. Sob a égide do capital, se arruinou também o que se criou,

arruinou-se o “tempo livre”. Arruinou-se a utopia do tempo livre ao transformar o ócio em consumo acelerado de mercadorias, transformando o tempo livre num consumo de mercadorias de crescimento constante, substituindo as formas raquíticas de descanso por hedonismos que comprimam o tempo livre da mesma forma que, antes, o horário de trabalho. O que se apresenta hoje é um tempo-espaço capitalista acelerado para uns, os ainda empregados, e para outros, o desemprego estrutural de massa. Mas o que fazem estes outros, desempregados? Desenvolvem a economia popular solidária ou não, e nesta base constroem a cultura. Que cultura é esta? A cultura impregnada dos valores que interessam ao grande capital, interessado na manutenção das taxas de lucro, ou os valores relacionados a humanização do ser e da sociedade, ou seja, da consideração do homem como raiz primeira de tudo?

A base idealista dos estudos do lazer - a pseudoconcreticidade

Neste contexto de acentuada destruição - passos largos a barbárie - discute-se o lazer. Os estudos no grupo de pesquisa LEPEL/FACED/UFBA apontam que o lazer não é “um fim” em si. Kátia Sá (2003) deixa evidente o quanto o lazer no modo de produção capitalista é um lazer alienado. Assim como o trabalho super explorado é alienado o lazer também se apresenta como alienado e fator de alienação. Mas para enfrentar a questão da alienação é necessário analisar a produção do conhecimento. Valendo-nos de uma matriz paradigmática de análise, desenvolvida por Gamboa (2004), estamos avançando nos estudos, agora coordenados por Kátia Sá, doutoranda do programa de pós-graduação em educação da UFBA, para reconstituir a lógica interna e determinações históricas da produção do conhecimento, formação profissional e políticas públicas no campo do lazer.

Ao problematizarmos os campos da prática, formação, produção do conhecimento e políticas públicas busca-se compreender os interesses econômicos, sociais, ideológicos, políticos que os determinam para ao compreendermos, agirmos sobre os acontecimentos. Destacam-se

nestes estudos autores como Bruhns (2000), Silva (1992), Santin (1994), Silva & Silva (2004), Stigger (1998), Taffarel; Chaves; Gamboa (2003), Sá (2003), Requiça, (1980), Siqueira, (1992), Camargo, (1998), Marcellino, (1992).

A análise do conhecimento produzido permite também reconhecer quais os fundamentos que sustentam as práticas, ou seja, qual a teoria pedagógica que sustenta a prática do lazer. O conhecimento, seja ele de que ordem for e, principalmente, o conhecimento científico no modo de produção capitalista, adquire força ideológica, política e produtiva independente da vontade, ou grau de consciência de seus produtores. O conhecimento entra em relações de produção. Vamos nos perguntar, portanto, qual é a força da produção do conhecimento sobre lazer frente ao complexo econômico em que vivemos? Como se situa o lazer a partir do complexo social, cultural, da economia empresarial capitalista; ou da economia estatal (empresarial-capitalista estatal e empresarial – estatal não regida pelo lucro) ou; da economia popular solidária ou não solidária? Onde afinal, estamos localizando, enfocando, privilegiando a discussão sobre o lazer? Lazer de alto(s) rendimento(s), espetáculo, ou turismo? Que e o papel estratégico das instâncias organizativas de classe e da educação pública neste complexo econômico, na defesa do tempo desalienado dos trabalhadores?

Encontramos muitas abordagens sobre o lazer que desconsideram a base econômica e política em suas análises. Estas abordagens não radicalizam a reflexão e a ação para a construção de uma outra cultura, considerando a trágica experiência histórica e o esgotamento do processo civilizatório capitalístico, alimentando a perspectiva da humanização do capitalismo, via ética, ciência, educação, regulação/normatização/monitoramento, sem especificação das bases objetivas, materiais e imateriais da educação e da ética. Defendem o controle através de normatizações e regulações, das nefastas conseqüências, buscando a minimização da avassaladora destruição causada por relações baseadas na lógica do mercado capitalista. O lazer tem por base a economia capitalística e só sobreviverá com base

nela e, como ela, expressa suas avassaladoras conseqüências. O lazer, com esta base, é nocivo ao meio ambiente e a classe trabalhadora. Mas é necessário uma compreensão a respeito, o que não se dá fora da teoria do conhecimento que supere a pseudoconcreticidade. Isso significa compreender de que maneira é possível efetuar sua destruição. Isto significa compreender a relação fenômeno-essência e como se manifesta a “coisa em si”. É necessária, portanto, uma teoria do conhecimento que permita uma abordagem ampla da realidade, a qual somente é possível através de uma teoria crítica do conhecimento.

O mundo da pseudoconcreticidade diz respeito a como a realidade se apresenta aos homens à primeira vista. O real se manifesta enquanto campo em que se exercita a atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade, o que se constitui como a práxis utilitária imediata, que é historicamente determinada e unilateral e é a *práxis* fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue, a qual coloca o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade. Segundo Kosik (1976, p.9-54) o mundo da pseudoconcreticidade se apresenta como o complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural. A ele pertencem: o mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; o mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da práxis fetichizada dos homens (a qual não coincide com a práxis crítica revolucionária da humanidade); o mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas de seu movimento; o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser contradições naturais e não imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens.

Para explicar o elemento próprio da pseudoconcreticidade que é o duplo sentido, o autor explica a relação entre fenômeno e essência, onde esta se manifesta no fenômeno – que indica a essência e ao mesmo tempo a esconde-, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos ou aspectos, revelando seu movimento e demonstrando que não é inerte nem passiva. Portanto, ainda segundo Kosik, compreender o fenômeno é atingir a essência, e captar o fenômeno de uma determinada coisa significa indagar e descrever como a “coisa em si” se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde.

O lazer é aquilo que se manifesta imediatamente enquanto possibilidade de utilização do tempo do trabalhador, primeiro e com maior frequência. Partindo dessa consideração devemos nos perguntar por que a “coisa em si”, a estrutura da coisa, não se manifesta imediata e diretamente? Por que é necessário um percurso para compreendê-la? Por que a “coisa em si” se oculta, foge à percepção imediata? Ao fazer estes questionamentos, nos esforçamos para fazer um percurso na descoberta da verdade. Buscar a compreensão da essência historicamente construída do lazer, das possibilidades de utilização do tempo do trabalhador. Essa é uma atitude científica da qual depende a nossa emancipação enquanto classe social. Portanto, temos que questionar com radicalidade os falsos problemas colocados em relação a conhecimento científico e o conhecimento popular no campo do lazer. Trata-se muito mais de acessar o método do pensamento para compreender o real acerca do lazer.

A partir da compreensão de que a essência se manifesta no fenômeno, e que por isso a existência da “coisa em si” que não se manifesta imediatamente- é considerada pelo homem ao iniciar qualquer investigação, é que se assegura a razão de existir da ciência e da filosofia. Se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis. Para demonstrar essa afirmação Kosik (1976, pág. 13) destaca que a filosofia é um esforço sistemático e crítico que visa captar a coisa em si, a estrutura oculta da coisa e descobrir o modo de ser do existente.

O que acontece no mundo da pseudoconcreticidade é que os fenômenos e as formas fenomênicas das coisas se reproduzem espontaneamente no pensamento comum como realidade, pois é produto natural da *práxis* cotidiana. O pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias. A representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas *petrificadas*. É com esse modo de operar com a realidade que muitas das vezes procedemos no lazer. Agimos a partir de representações do real.

A práxis utilitária X a práxis revolucionária

Vale destacar estes elementos da teoria do conhecimento porque eles nos permitem entender a distinção entre *práxis* utilitária cotidiana e *práxis* revolucionária, considerada o modo pelo qual o pensamento capta a coisa em si, o que somente pode ser feita a partir da dialética – o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar a compreensão da realidade; que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade, assim realizando o processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real. Para que o mundo possa ser explicado “criticamente”, cumpre que a explicação mesma se coloque no terreno da “práxis” revolucionária. Portanto a realidade pode ser mudada de modo revolucionário só porque e só na medida em que nós mesmos produzimos a realidade, na medida em que sabemos que a realidade é produzida por nós. O mundo real, oculto pela pseudoconcreticidade, é o mundo da práxis humana. É a compreensão da realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura que permitirá a práxis revolucionária. É um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social. A destruição da pseudoconcreticidade significa, portanto, que a verdade não é nem inatingível, nem alcançável de uma vez para sempre, mas que ela se faz, logo, se desenvolve e se realiza a partir do seguinte:

- 1) da crítica revolucionária da *práxis* da humanidade;
- 2) do pensamento dialético, que dissolve o mundo fetichizado da aparência para atingir a realidade e a “coisa em si”;
- 3) das realizações da verdade e criação da realidade humana em um processo ontogenético, visto que para cada indivíduo humano o mundo da verdade é, ao mesmo tempo, a criação própria, espiritual, como indivíduo social –histórico.

A pseudoconcreticidade se apresenta como uma construção histórica do sistema capitalista que investe na constituição do mundo fetichizado e na conseqüente destruição do homem histórico. Faz-se necessário, portanto, a apropriação de uma teoria crítica que nos permita discernir a *práxis* utilitária cotidiana da *práxis* revolucionária, trazendo a tona o mundo da verdade.

A degeneração, destruição e decomposição do lazer, enquanto prática social de interesse dos trabalhadores na busca da humanização e superação do tempo alienado decorrente do trabalho assalariado, não poderá ser perceptível de imediato. Daí a necessidade imperiosa, segundo Kopnin (1978), da defesa do método de conhecimento. O tempo urge, a barbárie se avizinha e as possibilidades de elevação da consciência de classe – que se expressa na capacidade analítica crítica e na organização revolucionária - se fazem imprescindível.

Conclusão – O projeto histórico superador – a construção do socialismo

Os fatos comprovam a necessidade vital de refletirmos sobre o lazer considerando o complexo econômico existente e as possibilidades de um projeto histórico superador. A exigência de clareza quanto ao projeto histórico não é de hoje. Luiz Carlos de Freitas (1987) reclamava da necessidade da explicitação do projeto histórico claro para orientar a ciência pedagógica e nesta ciência a teoria pedagógica.

Ao recuperar o que caracteriza o projeto histórico hegemônico foi descrito, minimamente, o tipo de sociedade existente a partir do modo de produção e troca de mercadorias, onde prevalece a propriedade privada dos meios de produção, acentuando-se a contradição entre a produção social e a apropriação privada do que é socialmente produzido, sustentando a sociedade dividida em classes sociais.

O projeto histórico enuncia o tipo de sociedade ou organização social na qual se pretende transformar a atual organização social e os meios que devemos colocar em prática para a sua consecução. Implica uma “cosmivisão”, segundo Freitas (1987, p.123) mas é mais que isto. “É concreto, está amarrado às condições existentes e, a partir delas, postula fins e meios. Diferentes análises das condições presentes, diferentes fins e meios geram projetos históricos diversos”. Tais projetos fornecem bases para a organização de partidos políticos e demais organizações que chamam para si a responsabilidade de lutar contra a forma capitalista de organizar os meios de produzir e reproduzir a vida na sociedade.

Portanto, frente ao descrito anteriormente, coloca-se a necessidade imperiosa da unificação dos produtores associados, auto-determinados, na construção de uma outra base de organização da vida e de princípios da vida. Meszáros (2002) reconhece como princípios de funcionamento da alternativa socialista o seguinte:

1. a regulação, pelos produtores associados, do processo de trabalho orientada para a qualidade em lugar da superposição política ou econômica de meta de produção e consumo predeterminadas e mecanicamente quantificadas;
2. A instituição da contabilidade socialista e do legítimo planejamento de baixo para cima, em vez de pseudoplanos fictícios impostos à sociedade de cima para baixo, condenados a permanecer irrealizáveis por causa do caráter insuperavelmente conflitante deste tipo de sistema;

3. a mediação dos membros da sociedade por meio da troca planejada de atividades, em vez da direção e distribuição política arbitrárias tanto da força de trabalho, como de bens no sistema do capital pós-capitalista do tipo soviético ou da fetichista troca de mercadorias do capitalismo;
4. a motivação de cada produtor por intermédio de um sistema autodeterminado de incentivos morais e materiais, em vez de sua regulação pela cruel imposição de normas e pela tirania do mercado;
5. tornar significativa e realmente possível a responsabilidade voluntariamente assumida pelos membros da sociedade por meio do exercício dos seus poderes de tomada de decisão, em vez da irresponsabilidade institucionalizada que marca e vicia todas as variedades do sistema do capital.

A necessidade da implementação de novas experiências socialistas não resulta de ponderações teóricas abstratas, mas da crise estrutural cada vez mais profunda do sistema do capital mundializado que destrói trabalhador, trabalho e a cultura em geral.

Isso não significa que devemos ser contra o lazer pelo seu caráter alienador, ideológico, trata-se de tecer a crítica radical e propor alternativas para a educação do tempo livre a partir da desalienação do trabalho. A questão é construir, fazer avançar um lazer solidário, com base em uma economia popular solidária, que garanta a vida digna de todos. Muitos estudos já permitem identificar indícios dessa construção mais geral de uma cultura solidária, como, por exemplo, as contribuições de Gutierrez (1993); Corragio (1995); Razeto (1993); Singer (1996). Trata-se da construção de uma nova cultura. Aqui cabe bem a defesa de Gramsci sobre uma nova cultura:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas "originais" significa, também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, "socializa-las" por assim dizer transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação

e de ordem intelectual e moral. (Gramsci, 1978, pp.13-14)

A partir de uma leitura crítica da realidade é possível sustentar que a economia popular solidária, que rompe com relações capitalísticas pode ser uma possibilidade histórica de assentar princípios éticos e educacionais, para construção de uma nova cultura, onde inclusive os valores e princípios socialistas e o pacto social e ecológico de preservação do meio ambiente sejam respeitados. No entanto, é preciso reconhecer a tarefa essencial que se coloca aos setores engajados com a superação do capitalismo, aos setores populares em geral que buscam a sobrevivência, a subsistência ou uma opção de vida anti-capitalista e, principalmente, aos setores relacionados com a educação e a produção do conhecimento.

A terceira fase do imperialismo hegemônico global, potencialmente a mais mortal avança sobre a humanidade. Os fatos comprovam que falta o tempo desalienado ao trabalhador, falta o tempo livre a classe trabalhadora e, que o tempo da humanidade está se esgotando. O próximo período, nos alerta Mészáros (2002) deverá ser o século do "socialismo ou barbárie". O agravante é que nunca como agora, uma nação imperialista reúne as condições para impor a destruição da vida no planeta, onde só sobrevive rão as baratas que suportam níveis letais de radiação nuclear. Trata-se, portanto, de enfrentar o imperativo de fazer as escolhas certas com relação à ordem social adotada, de forma a salvar a própria existência. Muitos dos problemas que teremos que enfrentar, desde o desemprego estrutural crônico até os graves conflitos econômicos, políticos e militares internacionais e a destruição das forças produtivas exigirá ações combinadas em futuro muito próximo.

Somente uma alternativa radical, portanto, um projeto histórico alternativo ao modelo capitalista, o socialismo, poderá oferecer uma saída a crise estrutural do capital. Esta tarefa que cabe a todos, aos produtores associados, aos agitadores culturais, aos intelectuais orgânicos, construtores da cultura, exige a ação e a interação pedagógica sistemática, concomitante e simultânea para concretizar três dimensões da vida humana, a saber:

- a) a educação ideológica, de classe, a educação popular para o tempo desalienado;
- b) a conscientização política que se da na ação concreta, na luta, na defesa de reivindicações e conquistas;
- c) a organização revolucionária, auto-determinada;

Isso é possível na práxis do lazer? Frigotto (1995) ao discutir educação e formação humana em seu livro “Educação e a crise do capitalismo real” deixa explícito que a única teoria capaz de pensar adequadamente o capitalismo é o marxismo por ter como objeto o capital e esta forma de relação social – forma capital – ainda não foi superada.

Portanto, temos que enfrentar o desafio. A luta pela construção do socialismo não pode se fixar em condições ideais futuras. O embate que se trava é no presente na jaula onde os tigres cuidam de suas crias. É aí onde devemos meter a mão, na jaula do capitalismo, em seu cerne, na propriedade privada dos bens, seu processo e seus produtos materiais e imateriais. Para alargar a repartição dos bens temos que nos basear nas reivindicações e ir para o embate. Isto exige cada vez mais sujeitos coletivos com densidade analítica e organizativo-política para o enfrentamento. A pergunta é, estamos fazendo isso no campo do lazer? Estamos construindo aqui e agora a nossa capacidade analítica coletiva consistente? Estamos construindo a nossa capacidade organizativo-política para dar densidade ao embate?

Na atual conjuntura quando é preciso manter-se vivo para continuar lutando por justiça social, dentro do que consta o acesso às práticas de lazer não haveríamos de eleger a economia popular solidária como eixo de educação popular, como eixo de um projeto onde a economia política dos trabalhadores é o central na construção da sociedade e o lazer refletiria em si o significado da solidariedade internacional dos trabalhadores?

A semente para uma nova cultura vem do trabalho humano, e a economia popular solidária é

uma escola a ser vivida não só para responder a questão do desemprego, mas para descobrirmos que é possível uma nova maneira de fazer e conceber as relações econômicas, sociais e culturais, não só no âmbito do trabalho, mas no âmbito da sociedade em geral, inclusive do lazer.

São necessárias, portanto, investigações que analisem no âmbito das relações sociais baseadas na economia popular solidária as práticas do lazer. O que se anuncia, o que se inventa, o que se reinventa, no âmbito do lazer em relações econômicas populares solidárias? Cabe-nos radicalizar a crítica sobre a teoria do conhecimento e a teoria pedagógica presentes nos diferentes âmbitos do lazer – enquanto prática, produção do conhecimento, formação profissional, política pública cultural. Enfim, agir, com clareza do projeto histórico que queremos construir, nos âmbitos da educação, da política, da organização revolucionária. A indicação desse agir de caráter revolucionário está presente na luta dos movimentos sociais e pode ser encontrado na literatura e nas artes.

O sonho de Saramago (1995), que não sonha só, por uma sociedade mais humana, pautada pelos valores da solidariedade, dialogando com a utopia socialista contra o individualismo contemporâneo, contra um mundo de cegos e, o sonho de Kurosawa, expresso na obra de DERSU UZALA que trata de uma fábula moderna sobre um homem bom, que vive em comunhão com a natureza e transmite aos outros as lições desse equilíbrio, demonstrando a postura do indivíduo em relação à vida, sobretudo do ponto de vista ético, são indicadores no mundo das artes que não somos os únicos a pensar o que foi decretado pelo pensamento único como impensável, a saber, a construção do socialismo.

Sobreviverá a práxis revolucionária do lazer? Sobreviverá o lazer desalienado? Sobreviverá o sonho de Saramago? Sobreviverá o homem bom de Kurosawa? Acontecerá o que Marx e Engles expressaram como condição imprescindível para a luta contra o capitalismo – Trabalhadores do mundo uni-vos? Sim, com certeza, se a humanidade sobreviver... e puder responder ao desafio de enfrentar as contradições da vida

na contemporaneidade superando a tendência a destruição com a construção da experiência histórica socialista.

Referência bibliográfica

1. Alvaer, E. (1995). *O preço da riqueza*. São Paulo: Editora da UNESP.
2. Antunes, R. (2000). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 7. Ed. São Paulo: Cortez.
3. Antunes, R. (2001). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. 4. Ed. São Paulo: Boitempo.
4. Bruhns, E.T. (2000). *Futebol, carnaval e capoeira: entre as gingas do corpo brasileiro*. Campinas, SP: Papirus, 158 p.
5. Camargo, L. L. (1998). *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna.
6. Chauí, M. de S. (1999). Introdução. In: Lafargue, P. *O direito à preguiça*. São Paulo: Ed. da UNESP.
7. Corragio, J.L. (1995). *Desenvolvimento humano, economia popular e educação*. Buenos Aires: Rey Argentina/Instituto de Estudios y Acción Social/Aique.
8. Engels, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo, Moraes, S/D.
9. Engels, F. (1990). *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. 4º Ed. São Paulo, Global.
10. Fernandes, F. (1998). Padrões de dominação externa na América Latina. In: Barsotti; Paulo e Pericás; Luiz L. Bernardo. *América Latina: História, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã.
11. Forrest, V. (1997). *O horror econômico*. São Paulo: UNESP.
12. Freitas, L. C. (1987). Projeto histórico: ciência pedagógica e "didática". In: *Educação e Sociedade*, 27, pp. 122-140.
13. Fridmann, A. et al. (1998). *O direito de brincar*. São Paulo, Abrinq.
14. Frigoto, G. (1995). *A educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez.
15. Frigoto, G. (2000). *Educação e crise do trabalho: Perspectiva do final de século*. Rio de Janeiro: Vozes.
16. Gadotti, M. & Gutiérrez, F. (Orgs.) (1993). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993, pp. 34-58 (Questões da Nossa Época, 25).
17. Gramsci, A. (1982). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
18. Gutiérrez, F. (1993). *Educação comunitária e desenvolvimento sócio-político. Educação comunitária e Economia popular*. São Paulo: Cortez Editora, pp. 23-33.
19. Jameson, F. (1997). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 2ª ed.
20. Kopnin, P.V. (1978). *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. RJ: Civilização Brasileira.
21. Kosik, K. (1976). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro. Paz e Terra., 1976.
22. Kurosawa, A. (1976). (*Dersu Uzala*, filme)
23. Kurz, R. (1992). *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
24. Lafargue, Paul. (1999). *O direito à preguiça*. São Paulo: Ed. da UNESP.
25. Lefebvre; H. (1991). *O direito a cidade*. São Paulo, Moraes.
26. Lenin, V.I. (1987). *Imperialismo fase superior do capitalismo*. São Paulo. Global.
27. Leontiev, A. (1981). *Actividad, Conciencia, Personalidad*. La Habana: Editorial Pueblo y Educación.
28. Marcellino, N. C. (1992). Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia. In: Wey, Wagner (org.). *Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI*. Campinas: Papirus.
29. Marcellino, N.C. (1987). *Lazer e educação*. 4.ª Ed. Campinas, SP: Papirus.
30. Marx, K. & Engels, F. (1987). *A ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec.
31. Marx, K. Resultados do processo de produção imediata. In: *O Capital*. São Paulo: Moraes, [s.d].
32. Mézaros, I. (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, Campinas: Boitempo, UNICAMP.
33. Mézaros, I. (1997). Ir além do capital. In: Coggiola, Osvaldo O. (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã.
34. Mézaros, I. (2003). *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo.
35. Nozaky, H. (2004). *Educação física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão*. Tese Doutorado. Universidade Federal Fluminense.
36. Razeto, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: Gadotti, M. & Gutiérrez, F. (Orgs.) *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993, pp. 34-58 (Questões da Nossa Época, 25).

37. Reiquixa, R. (1980). *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC.
38. Sá, K.; Chaves, M.; Gamboa, S. (2003). *Lazer e recreação no currículo de educação física*. Alagoas, EDUFAL.
39. Sanches Gamboa, S. (1987). *Epistemologia da pesquisa em educação: estruturas lógicas e tendências metodológicas*. Tese doutorado. Doutorado em Educação. Campinas: UNICAMP.
40. Santin, S. (1994). *Educação Física: da alegria do lúdico à opressão do rendimento*. Porto Alegre: UFRGS.
41. Saramago, J. (1995). *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras.
42. Seoane, J. & Taddei, E. (2001). *Resistências mundiais*. Rio de Janeiro: Vozes.
43. Silva, J. & Silva, K. (2004). *Círculos populares de esporte e lazer: fundamentos da educação para o tempo livre*. Recife: Bagaço.
44. Silva, M. R. da. (2003). *Trama doce-amarga: Exploração do trabalho infantil e cultura lúdica*. São Paulo: HUCITEC, UNIJUI.
45. Singer, P. (1996). *Desemprego: uma solução não capitalista*. *Revista Teoria e Debate*, 32, jul/ago/set.
46. Singer, P. (1996). Globalização, Estado, Universidade. In: UFPR- Setor de Educação - SENAI/PR. Anais do Seminário. *Globalização e Estado: Universidade em Mudança*, Curitiba.
47. Singer, D. (1996). Desemprego: uma solução não capitalista. In: *Revista Teoria & Debate*, 32, São Paulo: Jul/Set.
48. Siqueira, J. (1992). Fundamentos para uma Política Cultural. In: *Princípios*, 25, 61-65, maio-jul
49. Stigger, M. P. (1998). Políticas Sociais em Lazer, Esportes e Participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: "são as políticas públicas para educação física, esporte e lazer, efetivamente políticas sociais?" In: *Revista Motrivivência*, X, (11), Florianópolis: UFSC.
50. Taffarel, C.; Chaves, M. & Gamboa, S. (2003). *Prática pedagógica e produção do conhecimento na educação física & esporte e lazer*. Alagoas, UFAL.
51. Tiriba, L.V. (1998). Economia popular e produção de uma nova cultura de trabalho: Contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. In: Frigotto, G. (org.). *Educação e crise no trabalho: perspectivas de final de século*. -Petrópolis, RJ: Vozes,- (Coleção estudos culturais em educação)
52. Tiriba, Lia. (2001). *Economia popular e cultural do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí, RS: Ed. UNIJUI.
53. Werneck, C. (2000). *Lazer, trabalho e educação: questões históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.